



Serviço Social e a nova morfologia do trabalho: implicações do trabalho subordinado às TICs

Social Work and the new morphology of work: implications of work subordinated to ICTs

Raquel Raichelis*

 <https://orcid.org/0000-0003-3275-3755>

Damares Vicente**

 <https://orcid.org/0000-0003-3715-1438>

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz***

 <https://orcid.org/0000-0003-3715-1438>

Terezinha de Fátima Rodrigues****

 <https://orcid.org/0000-0002-8639-7509>

RESUMO

O objetivo desse artigo é apresentar os eixos analíticos que vêm norteando as reflexões do Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão (Netrab) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP. As elaborações orientam-se pela hipótese de que há no Serviço Social uma nova morfologia do trabalho, que provoca profundas transformações do trabalho assalariado no contexto do capitalismo monopolista

*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil). Docente no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil). E-mail: raichelis@uol.com.br

**Assistente Social. Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil). E-mail: damares.vicente@gmail.com

***Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil). Docente do curso de Serviço Social e no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, Santos, Brasil). E-mail: tania.diniz@unifesp.br

****Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil). Docente do curso de Serviço Social e no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, Santos, Brasil). E-mail: tfrodrigues20@unifesp.br

DOI 10.22422/temporalis.2024v24n48p13-28



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2024 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

neoliberal em crise, num mundo globalizado sob a égide das finanças. Tal dinâmica impulsiona a mercadorização dos serviços públicos e a expansão das tecnologias digitais, que reconfiguram a natureza e o processamento do trabalho, bem como imprimem novas condições de reprodução da força de trabalho generificada e racializada de assistentes sociais, submetida a situações de desgaste mental e racismo institucional. O texto tem como base as pesquisas desenvolvidas pelo Netrab e conclui que para enfrentar criticamente o debate sobre o uso das TICs no trabalho profissional é preciso superar o fetiche da tecnologia e disputar seu uso na direção dos interesses do trabalho e não do capital.

PALAVRAS-CHAVE

Nova morfologia do trabalho; Tecnologia digital; Mercadorização dos serviços públicos; Perfil profissional e reprodução social; Desgaste mental; Racismo institucional.

ABSTRACT

This article aims to present the analytical axes that have been guiding the reflections of the Center for Studies and Research on Work and Profession of the Postgraduate Program in Social Work at PUC-SP. The elaboration guided by the hypothesis that there is a new morphology of work in social work, which causes profound transformations in wage labor in the context of neoliberal monopoly capitalism in crisis, in a globalized world under the aegis of finance. Such dynamics drives the commodification of public services and the expansion of digital technologies, which reconfigure the nature and processing of work, as well as imprint new conditions for the reproduction of the gendered and racialized workforce of social workers, subjected to situations of mental exhaustion and institutional racism. The text is based on research developed by Netrab and concludes that critically address the debate on the use of ICTs in professional work, it is necessary to overcome the fetish of technology and dispute its use in the direction of the interests of labor and not of capital.

KEYWORDS

New morphology of work; digital technology; commodification of public services; professional profile and social reproduction; mental exhaustion; institutional racism.

Introdução

O presente artigo apresenta as linhas analíticas gerais que orientam os estudos e pesquisas sobre trabalho que vêm sendo conduzidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão (Netrab), do PPG em Serviço Social da PUC-SP, cadastrado no diretório do CNPQ¹. Realizamos, há mais de duas décadas, um conjunto sistemático de reflexões, debates, pesquisas e publicações² sobre as metamorfoses do trabalho no capitalismo contemporâneo, particularizando o trabalho profissional de assistentes sociais responsáveis pela implementação e execução de políticas sociais públicas a segmentos da classe trabalhadora, majoritariamente seus estratos racializados e generificados, ou seja, sujeitos subalternizados pela desigualdade, racismo, sexismo, LGBTfobia, entre outras opressões e expropriações.

Tem sido possível observar que o crescente uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) nas atividades laborais desencadeia mudanças significativas no processamento de trabalho de assistentes sociais, sobrepondo-lhes (ou mesmo impondo-lhes) a lógica do capital que não coaduna com princípios éticos que sustentam o projeto profissional do Serviço Social brasileiro, mas afeta a materialidade e a subjetividade dos sujeitos sociais, sem que isso implique necessariamente numa apropriação crítica dos seus

¹ Nesse momento, o NETRAB está desenvolvendo uma nova pesquisa sobre a morfologia do trabalho profissional e a centralidade das TICs, conduzida por pesquisadoras/es, mestrandas/es, doutorandas/os e egressas/os, abrangendo assistentes sociais que atuam no estado de São Paulo.

² Cf. Raichelis, Vicente e Albuquerque (2018); Raichelis, Vicente e Vieira (2022).

fundamentos e impactos por parte das/os profissionais.

Em 2019, o Netrab realizou um estudo exploratório do “estado da arte” sobre a utilização das TICs no trabalho de assistentes sociais. Contudo, no início de 2020 fomos surpreendidas com a emergência da pandemia da COVID-19 e novos objetos de pesquisa se impuseram, ganhando centralidade a presença das plataformas e dispositivos digitais para a realização do teletrabalho e do trabalho no domicílio (*home office*), modalidades que desde então passaram a fazer parte do cotidiano do conjunto da classe trabalhadora. Essa situação inesperada e desafiadora motivou a ampliação do escopo da pesquisa para incluir questões relacionadas aos desafios do trabalho remoto em uma profissão que tem na dimensão sociorrelacional e presencial, bem como na intervenção nos territórios das cidades, o núcleo de suas atividades junto aos sujeitos com os quais trabalha³.

A diretriz das nossas reflexões orienta-se pela hipótese⁴ que há no Serviço Social uma nova morfologia do trabalho, em estreita articulação com as transformações e tendências do trabalho assalariado no contexto do capitalismo monopolista neoliberal em crise, num mundo globalizado sob a égide das finanças e do rentismo especulativo.

Para enfrentar mais uma de suas crises, com características sistêmica e estrutural, o capital lança mão, em escala global, das TICs, no contexto de aprofundamento da reestruturação produtiva, que se complexificou nos marcos da crise de 2007/2008. Nesse âmbito, o sistema do capital busca atualizar o padrão de acumulação com vistas a reverter a tendência de queda das taxas médias de lucro, contexto em que as tecnologias digitais assumem um papel decisivo na instrumentalização de novos produtos e negócios, bem como na reconfiguração de processos e relações de trabalho.

Um dos pressupostos é que a “classe-que-vive-da-venda-da-força-de-trabalho” (Antunes, 1999; 2018), ao se deparar com as TICs, confronta-se também com os dilemas atuais do capitalismo globalizado e financeirizado, sob domínio do capital fetiche⁵ (Marx, 2013; lamamoto, 2007) e da expansão da Indústria 4.0⁶, concebida para gerar um novo e profundo salto tecnológico no mundo produtivo (em sentido amplo), com base nas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC).

Nessa dinâmica societária, o trabalho de assistentes sociais sofre profundas inflexões, que repercutem nos espaços ocupacionais em que se inserem como trabalhadoras/es assalariadas/os, majoritariamente em instituições públicas responsáveis pela implementação de políticas e serviços sociais, que não escapam às determinações

³ O resultado dessa investigação está disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/40659/1/9788528306774.pdf>

⁴ Inspirada pelas elaborações e interlocuções com o prof. Dr. Ricardo Antunes (UNICAMP), pesquisador de referência nos estudos sobre a nova morfologia do trabalho na tradição marxista.

⁵ Referimo-nos ao fetiche da esfera das finanças no atual estágio de mundialização da economia e dos mercados, como se fosse possível o crescimento de uma massa de rendimentos independente do que ocorre no processo de produção.

⁶ “Indústria 4.0, termo cunhado pelo governo alemão, ou a Quarta Revolução Industrial, expressão utilizada pelos participantes do último Fórum Econômico Mundial de Davos, constitui um conjunto de tecnologias inovadoras, como a nanotecnologia, as plataformas digitais, a inteligência artificial (IA), a robótica, a internet das coisas, entre outras, que representam um salto de qualidade na capacidade de organizar e de controlar o trabalho” (Gonsales, 2020, p. 125).

estruturais que movem os processos de exploração, dominação, opressão e precarização do trabalho.

Atualizar essa análise com elementos que incidem nas políticas sociais e nos serviços sociais públicos é da maior relevância, por constituírem matéria do trabalho profissional e demandarem respostas às expressões da questão social, na atual quadra do capitalismo financeirizado e mundializado em crise, sob diretrizes ético-políticas comprometidas com os direitos do conjunto das classes trabalhadoras.

Como apontamos em outro texto (Raichelis; Vicente; Vieira, 2022, p. 16),

o percurso reflexivo realizado pelo NETRAB evidenciou que ainda carecemos no Serviço Social de produção acadêmica robusta sobre os termos e características da incorporação das TICs no cotidiano profissional, bem como as implicações de sua utilização na gestão, na organização, nas relações e condições de trabalho, na vida e na saúde de assistentes sociais.

Para desvendar esse conjunto complexo de fenômenos, problematizamos as bases teóricas que sustentam a análise da nova morfologia do trabalho no Serviço Social, a ser enriquecida com a pesquisa empírica em desenvolvimento. Para isso, estruturamos esse artigo em quatro seções dialeticamente interrelacionadas, além da introdução e da nota final, que buscam identificar incidências das TICs nas situações que são objeto de reflexão. Na primeira seção, analisamos a tecnificação/digitalização do trabalho e a subsunção do trabalho intelectual aos interesses do capital. Na segunda, problematizamos os processos de privatização e de mercadorização dos serviços sociais públicos e suas incidências no trabalho profissional. Na terceira, abordamos o desgaste mental oriundo do trabalho reprodutivo generificado e racializado. Na última seção, desenvolvemos reflexões sobre o perfil profissional e as condições atuais de reprodução da força de trabalho de assistentes sociais.

Tecnificação digital do trabalho em serviços e a subsunção do trabalho intelectual

Em que pese a gravidade da situação sem precedentes desencadeada pela pandemia do novo coronavírus, a crise que impactou a vida de milhares de trabalhadores/as em todo o mundo não é um “ponto fora da curva”, mas expressa a confluência de múltiplas crises — econômica, política, social, ambiental, civilizatória — que lança o trabalho “no fio da navalha” (Raichelis; Arregui, 2021) em escala global.

Por isso, os acontecimentos que assolaram o mundo com a pandemia da COVID-19 precisam ser conectados às próprias contradições do capital — o que Marx identificou como “contradição em processo” —, resultante da tendência do capital, mediado pelo mercado, de reduzir o uso do trabalho assalariado no processo produtivo (Konicz, 2020, p. 35).

Se por um lado, as crises são impulsionadoras do movimento do capital em sua busca incessante de valorização, por meio da transformação de tudo em mercadoria e (mais) dinheiro (D-M-D’); por outro lado, ao fazê-lo, o capital busca se livrar da sua própria substância — o trabalho abstrato —, processo alimentado pelo progresso técnico que aprofunda a contradição entre as relações sociais de produção e as forças produtivas do trabalho (Marx, 2013).

Com vistas à maximização do lucro sem limites, o capital, por meio do avanço da ciência e da tecnologia — o *intelecto geral*⁷, como citado por Marx nos Grundrisse (2011), reduz cada vez mais o trabalho vivo na cadeia produtiva de valor em escala global — na agricultura, na indústria e nos serviços —, intensifica as formas de obtenção do trabalho excedente (não pago), exponencia a população sobrando para as necessidades médias de valorização do capital, alargando e diversificando a superpopulação relativa (Marx, 2013).

Nesse contexto, o capital incorpora as inovações e os avanços tecnológicos e científicos, fruto do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, na atualidade especialmente as tecnologias microeletrônicas de base digital, que aceleram a produtividade do trabalho e alteram a composição orgânica do capital, com a ampliação do capital constante e a conseqüente redução do capital variável (Marx, 2013), o que é obtido com a introdução do sistema maquínico-digital-informacional e a diminuição do contingente de trabalhadores.

Assim, adotamos a expressão *nova/velha* morfologia do trabalho para analisar fenômenos persistentes que estruturam o trabalho e a classe trabalhadora no capitalismo dos monopólios, notadamente na periferia dependente do sul global, na qual a ideia do “novo” tem sido usada para legitimar o “velho” padrão de superexploração da força de trabalho (Marini, 2000), cujo valor é remunerado abaixo do mínimo de subsistência para a reprodução social da vida da classe trabalhadora. E, nesse processo, as tecnologias digitais cumprem funções essenciais atuando principalmente nos mecanismos de intensificação e aumento da produtividade do trabalho.

Na conjuntura pandêmica, a ampliação da digitalização e a disseminação em larga escala das TICs ganharam enorme impulso em nível mundial, com grande incidência em nosso país. Assim, o que se encontrava latente e embrionário ganhou novos e inusitados contornos no mundo do trabalho em geral, e no trabalho profissional em particular.

As mudanças na base técnica — da eletromecânica para a microeletrônica na passagem do século XX para o século XXI, mas também os avanços do conhecimento da neurociência e da biologia para aperfeiçoamento de dispositivos robóticos e de inteligência artificial (IA), permanecem revolucionando as forças produtivas em busca de novas formas de extração de mais valor por meio do aumento da produtividade do trabalho (Tauile, 2001, p. 121), e no caso da periferia capitalista, rebaixando o valor da força de trabalho e reduzindo o fundo de consumo das classes trabalhadoras necessário à sua reprodução social (Marini, 2000).

O Brasil, em sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, participa desse mercado digital mais como consumidor do que produtor de tecnologia e dispositivos digitais, dada sua relação de dependência e subordinação às gigantescas corporações globais que hegemonomizam as TICS, a indústria 4.0, a robótica, a IA e as poderosas plataformas digitais no contexto do *colonialismo digital* (Faustino; Lippold, 2023).

⁷O *general intellect* aparece nos Grundrisse (2022), especialmente na parte intitulada “Fragmento das Máquinas”, como avanço das forças produtivas sociais do trabalho evidenciado pela crescente importância da maquinaria e do poder do conhecimento nela objetivado. Reme à combinação de *expertise* tecnológica e conhecimento social acumulado, um cérebro social que é, simultaneamente uma força produtiva e um princípio de organização das relações sociais.

Transpondo essa análise para o mercado de dados, Silveira (2021) pondera que o novo colonialismo é *dataficado*⁸ e *racializado* pela gestão algorítmica, orientado pelos valores de quem o cria, disseminando padrões que não apenas reproduzem, mas ampliam racismos e distintas formas de preconceito e discriminações.

Tais processos ganham novas dinâmicas com a aplicação da ciência e das tecnologias digitais nos processos de organização, gestão e controle do trabalho, reconfigurando o “setor”⁹ de serviços e as relações de trabalho do contingente de trabalhadores/as assalariados/as que neles se inserem.

A aplicação dessa base técnica microeletrônica encontra caldo fértil nos serviços, principalmente naquelas atividades que lidam com manipulação de informações padronizadas, em que “há nitidamente um processo de simplificação” (Tauille, 2001, p. 123).

Nesses termos, os serviços transformados em mercadoria, mediados pelo valor da informação-mercadoria na era da internet (Dantas, 2022) passam a ser subsumidos diretamente ao capital (ou por meio do fundo público), integrando novas cadeias de valor, num amplo movimento de privatização e externalização de serviços públicos para a empresa privada mercantil (Huws, 2017; Araujo, 2022). Essa reconfiguração dos serviços se espalha para o campo do conhecimento e da informação, principalmente para aquelas áreas “detidas pelo Estado que reúnem recursos considerados *comuns* e organizam uma imensa massa de dados e conhecimentos sobre a sociedade e seus indivíduos” (Dantas, 2022, p. 9, grifo do autor).

Esse processo de privatização e de mercadorização dos serviços públicos contará com a decisiva intervenção política dos Estados nacionais, pois, como adverte Iamamoto (2007, p. 109), “só na vulgata neoliberal o Estado é externo aos *mercados*”. O Estado capitalista funciona como alavanca para o poder das finanças, cuja desregulamentação originada nessa esfera invade progressivamente o mundo do trabalho e todas as dimensões da vida social.

Nesse contexto, a subsunção do trabalho intelectual é um traço constitutivo da etapa do sistema inaugurado no fim do século passado, na chamada 3ª revolução industrial (Bolaño, 2002) e se aprofunda com a indústria 4.0. No processo de subsunção real do trabalho ao capital¹⁰ (Marx, 2013, 2022), o/a trabalhador/a vê restringida sua autonomia e o controle

⁸ Para aprofundamento do significado da *dataficação* (produção e circulação incessante de dados) nas relações sociais e nas políticas sociais, especialmente na política de assistência social, consultar a tese de doutorado de Dias Junior (2024), elaborada no âmbito do Netrab e defendida no PPG em Serviço Social da PUC-SP, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Raquel Raichelis. Disponível em:

<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/42546>

⁹ O uso das aspas se justifica pois, como nos adverte Cislighi (2018, p. 115), “do ponto de vista do valor, não existe algo como ‘setor de serviços’. Trabalhos que produzem, do ponto de vista concreto, resultados objetivos caracterizados como serviços podem ser parte, indistintamente do capital comercial, produtivo, bancário, financiados pelo fundo público ou por meio da renda para atividades pessoais”.

¹⁰ Na subsunção formal e real do trabalho, analisada por Marx no Livro 1 de *O capital* (2013) e no *Capítulo VI Inédito* (2022), a generalização da maquinaria impulsiona a perda da autonomia e do controle que o trabalhador tinha sobre o processo de produção. É a máquina que agora condensa o conhecimento que o capital extraiu do trabalhador artesanal no período da manufatura e desenvolveu, com o apoio das ciências, a serviço da grande indústria. É a máquina que passa a usar o trabalhador, que se torna um apêndice da

sobre o processo de produção, cuja estrutura e ritmo passam a ser ditados pelo aparato maquínico-digital impulsionado pela expansão dos dispositivos microeletrônicos, o que se reproduz também no trabalho de assistentes sociais.

Aprofunda-se a expropriação de conhecimentos e de energias vitais das/os trabalhadoras/es, dinâmica que sofre uma inflexão no trabalho nas políticas sociais, considerando que a informação e o conhecimento são a base das atividades de coleta massiva (dataficação), registro, codificação, armazenamento, processamento e uso de dados próprios do trabalho intelectual no âmbito dos serviços sociais. Situação que interpela a autonomia relativa de assistentes sociais, que em tempos atuais transita para a regressividade do que Raichelis (2011, p. 430) denominou de “autonomia controlada”.

Mas, se é certo que o capital se apropria das TICs para fins de valorização e acumulação, seu uso está em disputa pelas classes trabalhadoras, suas entidades e movimentos coletivos na dinâmica da luta de classes. Para intervir nessa correlação de forças políticas é necessário superar a naturalização e o fetichismo que envolve a tecnologia, considerando que

artefatos tecnológicos que nos parecem no dia a dia neutros, intrinsecamente bons, produzidos tão somente para resolver problemas práticos, contêm relações sociais historicamente determinadas e obscurecem o conteúdo de classe das escolhas tecnológicas (Novaes; Dagnino, 2004, p. 189).

Mercadorização dos serviços públicos: novos nichos de rentabilidade para o capital

Pressionado a buscar saídas a mais uma “manifestação do encontro do sistema do capital com seus próprios limites intrínsecos” (Mészáros, 2002, p. 9 *apud* Araujo, 2022, p. 63), os interesses dominantes em jogo passam a questionar o tamanho do Estado e o nível dos gastos públicos alocados em programas e serviços sociais, impulsionando um processo acelerado de privatização da “coisa pública”.

A essas estratégias econômicas e políticas somam-se outros elementos para explicar o desenvolvimento dessas mudanças, que buscam reoxigenar novos fluxos de valorização do valor sem, todavia, significar nova fase de expansão.

Primeiro, é necessário considerar que, ainda que o neoliberalismo defenda (retoricamente) um “Estado anti-intervencionista”, o gasto estatal aumentou consideravelmente nos países que construíram um sistema de proteção social mais abrangente como resultado de pressão popular, e que tiveram os serviços públicos mais rapidamente privatizados, constituindo-se em novos espaços de negócios (Huws, 2017; Araujo, 2022). Segundo, sob o discurso da eficiência, foram várias as formas de privatização alavancadas desde os anos 1980, a exemplo da venda de ativos públicos, abertura de mercados de telecomunicações e energia às empresas privadas, licitações públicas abertas a companhias privadas e desmonte dos padrões do trabalho protegido dos anos 1990, com segurança, previdência e férias, ainda que não universalizadas no Brasil para o conjunto da classe trabalhadora. Terceiro, o Estado neoliberal, que responde a tendências sintonizadas com a lógica interna própria do capital, proporcionou ampla desregulamentação, facilitando a prestação de

máquina. E com essas mudanças o capitalismo pode expandir-se, revolucionando o modo de produção (Bolano, 2002).

serviços para além das fronteiras nacionais sob nova divisão internacional desigual do trabalho, o que desencadeou um exército industrial de reserva global que, restringido pelas exigências de qualificações, sofre com a deterioração dos salários e condições de trabalho.

Reafirma-se o papel do Estado burguês, no âmbito do capitalismo neoliberal, ao assumir maior intervenção na reprodução ampliada do capital. Processo que se expressa, principalmente, com a reorganização das cadeias de valor, realocação das atividades econômicas e seu gerenciamento, variedade de combinações contratuais e espaciais e privatização na prestação dos serviços, com ressonância na utilização das TICs, tendo em vista restaurar o padrão de acumulação.

São movimentos que tornaram possíveis as transformações nos serviços públicos antes realizados pelo Estado, haja vista que, como afirma Huws (2017, p. 295), “o setor público ofereceu um tentador novo espaço de expansão”.

Mas há que considerar fenômenos novos nesse âmbito, como demonstrou Araujo (2022), que trazem profundas inflexões nos conteúdos, significados e na direção social do trabalho profissional. O autor, com base em extensa pesquisa documental em processos licitatórios e contratos administrativos de serviços técnico-profissionais de assistentes sociais em diferentes políticas sociais, com incidência na esfera municipal, evidenciou que a expansão de nichos de privatização e mercantilização dos serviços públicos desencadeia nova dinâmica institucional, diferenciando-se tanto das conhecidas privatizações de empresas públicas, quanto das chamadas parcerias público-privadas para execução de serviços por meio de contratos de gestão com OSs, OSCIPS, FPIP, EBSSERH¹¹, entre outras.

De forma distinta, trata-se da apropriação privada da gestão e execução de serviços sociais públicos financiados pelo fundo público, por meio da criação de novos espaços de rentabilidade para empresas privadas prestadoras de serviços sociais no interior do Estado. Processo que contribui para a disseminação de relações tipicamente empresariais que modificam as formas de seleção, contratação e gestão da força de trabalho profissional, padronizando e prescrevendo conteúdos, bem como redefinindo o processamento do trabalho de assistentes sociais. A externalização de serviços públicos incide nas competências e atribuições profissionais, inclusive nas privativas, do conjunto de assistentes sociais, não apenas terceirizados/as, mas também de servidores/as públicos/as estatutários/as, e indica o risco de autonomização de atividades profissionais que se deslocam das funções inerentes aos cargos públicos para tornar-se “um item passível de mercadorização de serviços”¹².

Simultaneamente gestam-se novas expropriações por meio de processos de padronização e codificação dos conhecimentos para que os serviços públicos possam ser externalizados e apropriados pelo capital com menores custos, favorecendo possibilidades de rápida

¹¹ Por extenso e na sequência: Organização Social; Organização da Sociedade Civil de Interesse Público; Fundação Privada de Interesse Público; Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

¹² Um dos exemplos é a contratação externalizada para empresas mercantis, de serviços técnicos especializados no âmbito da política de assistência social, para a realização de cadastramentos, busca ativa, visitas domiciliares, entrevistas etc., com definição de quantidades e tempo de execução. Para aprofundamento cf. Araújo (2022, p. 225 e seguintes).

substituição de trabalhadores/as e a transformação de usuários dos serviços em cidadãos-consumidores (Huws, 2017).

Tal dinâmica de mercadorização dos serviços sociais públicos seria bastante dificultada sem a ativa e determinante presença das TICs, na qual a informação atua diretamente no processo de valorização, transformando-se ela mesma em capital-informação. Como adverte Dantas (2022, p. 9), com base em Marx, “é impossível entender o cerne do capitalismo contemporâneo sem compreender a lógica informacional espetacular que determina as demais relações de produção e apropriação de valor do capital-informação”.

Desgaste mental e processo saúde-doença

Desde 2011 temos realizado aproximações, por meio de estudos e pesquisas sobre os processos de trabalho que culminam no *desgaste mental* de assistentes sociais, derivado das formas de execução e gestão do trabalho profissional. A partir daí buscamos nos apropriar do conhecimento acumulado pela tradição marxista latino-americana, notadamente brasileira, relacionada aos estudos sobre saúde e trabalho, no campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT), no qual destaca-se o conceito de desgaste mental.

O conceito de *desgaste* provém de pesquisas apoiadas na vertente marxista da Medicina Social Latino-americana¹³, significando a “perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica”, no processo de exploração da força de trabalho (Laurell; Noriega, 1989, p. 110). A partir de estudos e observações dos processos de trabalho, os autores chegaram à definição do indicador “carga de trabalho”, elemento diretamente implicado na aceleração de desgastes, podendo interferir decisivamente nos processos saúde-doença de trabalhadores e trabalhadoras.

No Brasil, a partir dos anos 1990, Seligmann-Silva (2011), médica/pesquisadora, juntamente com pesquisadoras/es militantes da Saúde do Trabalhador/a, construíram uma conceituação interdisciplinar¹⁴, advinda do conceito de desgaste operário (Laurell; Noriega, 1989), que permitisse compreender como se processa o desgaste mental relacionado ao trabalho, buscando elementos que determinam e/ou potencializam sofrimento, adoecimento e morte, definindo que:

Nas situações de trabalho dominado, a desvantagem que faz com que o corpo e os potenciais psíquicos do trabalhador sejam consumidos pelo processo de trabalho e por constrangimentos a ele vinculados se configura como desgaste (Seligmann-Silva, 2011, p. 136, grifo nosso).

Na literatura do Serviço Social, apesar de encontrarmos referências esparsas ao processo de desgaste em Iamamoto (2001, p. 196) e Raichelis (2011, p. 426), constata-se a escassa

¹³ Nos anos 1980, uma das vertentes da Medicina Social Latino-americana, congregava pesquisadores/as e estudiosos marxistas que construíram as bases teórico-metodológicas que buscaram demonstrar padrões de desgastes incidentes no processo saúde-doença. Essa vertente influenciou referenciais da Reforma Sanitária Brasileira (Osório; Schraiber, 2015, p. 213).

¹⁴ Com referenciais da Saúde Coletiva, Saúde do Trabalhador/a, Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT) e de outros campos e disciplinas como as Ciências Sociais, Medicina, Psicologia, Psicanálise, a Psicodinâmica do Trabalho e outras.

produção de estudos e pesquisas sobre a superexploração do trabalho e os desgastes derivados do trabalho.

Avançamos, e na atualidade consideramos igualmente importantes outras dimensões da vida que interferem decisivamente nos processos de desgaste mental, como o trabalho reprodutivo realizado nas unidades domésticas, majoritariamente por mulheres pobres da classe trabalhadora, das quais assistentes sociais fazem parte, principalmente o trabalho de mulheres negras, implicando numa sobrecarga de trabalho, que interferem decisivamente na vida e na saúde de toda população.

A partir de 2018, incorporamos estudos que conectavam os processos de trabalho mediados pelas TICs e o desgaste mental de assistentes sociais que nos apontaram uma apropriação ainda pouco crítica sobre as consequências da utilização das TICs no trabalho profissional. De modo geral, havia menções sobre as vantagens desses aparatos, entretanto, quando as pessoas participantes da pesquisa realizada em 2019 foram questionadas sobre a incorporação das TICs nos processos de trabalho *versus* saúde, as respostas nos informaram que havia, sim, repercussões negativas na saúde mental com referências já muito explícitas quanto à interferência negativa das redes sociais.

Muitos conflitos foram mencionados com equipes, gestores/as e até mesmo com usuários/as dos serviços socioassistenciais. Os padecimentos percebidos, naquele momento, foram da extensão e intensificação das jornadas de trabalho (mais trabalho) à sensação de alerta constante e invasão do tempo de vida (Vicente; Monteiro, 2022).

Por sua vez, o trabalho em domicílio com as TICs, a sobrecarga de trabalho (profissional e não remunerado na unidade doméstica), a impossível separação entre tempo de trabalho e tempo de vida determinaram perdas até hoje incalculáveis (de saúde e de vidas), provocando um acirramento, sem precedentes, do desgaste mental e determinando quadros severos de sofrimento e adoecimento.

Dos velhos desafios, temos publicizado, mas ainda pouco debatidas, as violências praticadas contra assistentes sociais negras nos espaços institucionais, de modo que o racismo nos desafia e nos convoca permanentemente para a luta antirracista. Em recente estudo, Almeida (2024) nos oferece os resultados de sua importante pesquisa de mestrado¹⁵ sobre como se processa o racismo institucional em serviços públicos da cidade de São Paulo. Tomando como referência o trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a autora nos relata, por meio de seu depoimento e de outras assistentes sociais negras, como as violências praticadas no mundo do trabalho à totalidade da classe trabalhadora, particularmente às mulheres negras, são metamorfoseadas pelo racismo. Um exemplo é a afirmação de que frequentemente o que se interpreta como assédio moral no trabalho é, de fato, racismo para a população negra.

Além desse aspecto, identificar os processos de desgaste mental nos acende um sinal de alerta para o conhecimento e análise de situações que necessitam a tomada de decisões

¹⁵ ALMEIDA, R. A. **Insubmissas mulheres negras**: racismo institucional e cotidiano na escrevivência de uma servidora pública negra. Dissertação de mestrado elaborada no âmbito do Netrab e defendida no PPG em Serviço Social da PUC-SP (2024), sob orientação da prof.^a Dr.^a Raquel Raichelis. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/42496>

individuais e coletivas visando mudanças. Trata-se de agir para prevenir um processo de adoecimento que, na maioria das vezes, será imputado à pessoa adoecida, que terá que arcar solitariamente com todas as perdas advindas da patologização dos desgastes determinados pelo processo de exploração e opressão da força de trabalho.

Perfil profissional e reprodução da força de trabalho de assistentes sociais

Os estudos do Netrab voltados às metamorfoses do trabalho no capitalismo contemporâneo, na particularidade do trabalho de assistentes sociais, têm possibilitado fecundos debates sobre o perfil profissional e os processos de reprodução social da classe trabalhadora, destacando-se a reprodução desta força de trabalho especializada.

Na dimensão do pensamento teórico-crítico que sustenta as análises, é importante lembrar que o debate sobre a reprodução social na perspectiva marxista está presente no Serviço Social desde os anos 1980, quando Iamamoto (1982, p. 72) destaca que a reprodução das relações sociais de produção não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção, englobando-os, porém, ultrapassando-os. Desde então, a autora vem apontando que as relações sociais de produção envolvem contradições de diferentes naturezas, de classe e políticas, e que sendo a sociedade o “lugar” da reprodução das relações sociais, ela se vincula a “determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada dos indivíduos em sociedade” (Iamamoto; Carvalho, 1982, p. 72).

A este conjunto de reflexões inaugurais sobre o significado social do Serviço Social nos processos de reprodução social da classe trabalhadora, a partir de 2022, os estudos do Netrab ganharam outros contornos teóricos com aproximações à Teoria da Reprodução Social (TRS). Trata-se de uma perspectiva teórica que “se lança à compreensão do sistema capitalista como complexo de relações sociais de exploração, opressão, dominação e alienação, que se relacionam de forma integrativa, ontológica” (Ruas, 2020, p. 382), nas análises entre produção e reprodução social.

Assentada na teoria do valor-trabalho de Marx, a TRS vem contribuindo para a compreensão das dinâmicas que envolvem a produção capitalista e a reprodução da vida cotidiana da classe trabalhadora. Vogel (2022), precursora das bases teóricas no campo do feminismo marxista, ao retomar a análise marxiana da centralidade da força de trabalho como mercadoria especial no capitalismo — a única capaz de produzir um valor maior do que o seu custo de reprodução —, faz a seguinte indagação: se a força de trabalho tem essa importância para a valorização do capital, quem produz e como se reproduz essa mercadoria especial?

Esse campo teórico vai oferecer contribuições fundamentais para uma apreensão totalizante do significado da reprodução social, chamando atenção para o processo de (re)produção biológica, social e geracional da força de trabalho como componente imprescindível da valorização do capital, portanto, da reprodução ampliada do próprio capitalismo.

O trabalho de gerar, cuidar, alimentar, regenerar a força de trabalho, mercadoria vital para a reprodução capitalista, tem sido realizado predominantemente por mulheres, remunerado ou não, especialmente no âmbito doméstico e na esfera do trabalho

reprodutivo, mas também pelo Estado por meio das políticas públicas, e pelo mercado através da compra de serviços privados.

O trabalho reprodutivo realizado por mulheres no âmbito doméstico-familiar, que envolve gestação, parto, lactação, cuidado com crianças, adultos, pessoas com deficiência, idosos, dentre outros (Ruas, 2020), embora profundamente desvalorizado e não reconhecido, contribui fortemente “para a manutenção e renovação da superpopulação relativa, bem como da força de trabalho ativa” (Vogel, 2022, p. 366).

A articulação dessa reflexão aos elementos do perfil profissional de assistentes sociais (CFESS, 2022) abre importante campo analítico da reprodução social da vida e do trabalho de assistentes sociais em tempos de intensificação do uso das TICs e de desgastes físicos e mentais.

Os dados do perfil nacional de assistentes sociais (CFESS, 2022)¹⁶ apontam a configuração gênero, raça/cor, jornadas e remunerações das/os assistentes sociais, demonstrando como as assistentes sociais, assim como as demais trabalhadoras, estão sujeitas a longas jornadas de trabalho, que incluem as atividades domésticas como o cuidar dos filhos e/ou pais idosos, manter a organização e a limpeza do espaço doméstico, dentre outras tarefas que compõem o universo da reprodução social, somando-se à sua inserção remunerada no mercado de trabalho. E evidenciam os processos diferenciados de reprodução social da força de trabalho de assistentes sociais, considerando as dinâmicas de *generificação* e *racialização* que conformam a sociedade brasileira.

Nesse contexto destaca-se a reflexão sobre as novas formas combinadas de trabalho presencial e remoto subordinadas pelas TICs, com impactos exponenciados às mulheres. O celular tornou-se ferramenta indispensável e o WhatsApp transformou-se em meio de trabalho essencial, utilizado a qualquer dia e/ou horário, especialmente por chefias institucionais, na expectativa da resposta *just in time*.

Os sistemas de informações e as plataformas digitais presentes nas políticas sociais passaram a fazer parte do trabalho profissional, abrindo espaço para maior controle, ampliando as métricas, metas, pressão pelo aumento da produtividade e o controle dos tempos, e, no caso do serviço social, alterando as formas de relacionamento com a população usuária dos serviços, transformando a própria natureza sociorrelacional do trabalho profissional (Raichelis; Vicente; Albuquerque, 2018).

De uma forma geral, o trabalho subordinado às TICs tem-se se apresentado como responsabilidade individual também no que se refere aos meios e instrumentos de trabalho (computador, cadeiras, celular, pacote de Internet), processo que captura parte da remuneração da força de trabalho e do fundo de consumo das trabalhadoras e dos trabalhadores, isentando o capital e o fundo público dos custos de reprodução da força de trabalho. Somam-se a isto, no trabalho presencial, as condições de sucateamento das

¹⁶ Entre os quais destacamos: 92,9% da categoria se autodescreve como do sexo feminino, sendo 50,3% como negras/pretas e pardas, seguidas de 46,9% como brancas; quase 31% informaram trabalhar mais de 30 horas semanais (21,6% entre 31 e 40 horas e 9,5% acima de 41 horas); quanto à remuneração, em termos de valores brutos, 24,5% se encontrava na faixa de R\$2.000,00 a R\$3.000,00 e apenas 18,1% informaram auferir uma renda acima de R\$5.000,00.

políticas e serviços públicos, ao mesmo tempo em que as pressões institucionais para o atendimento das demandas emergenciais, a exigência do aumento da produtividade e produção de dados/relatórios se intensificam.

Na realização do trabalho remoto no domicílio, as condições são ainda mais adversas. Para as assistentes sociais, tem-se o acúmulo das tarefas vinculadas ao trabalho reprodutivo no âmbito familiar, em uma mistura de tempos, intensificando e ampliando pressões e desgaste mental.

Nota final: o trabalho subordinado às TICs em questão

No trabalho de assistentes sociais já era possível observar a presença do uso crescente de dispositivos digitais e informacionais, que durante a pandemia da COVID-19 se tornaram mais visíveis e generalizados. Nesse momento “pós-pandêmico”, a convivência do trabalho presencial com o trabalho remoto (*hibridismo?*) permanece incidindo na intensificação do trabalho, no prolongamento das jornadas de trabalho, na simbiose dos tempos de trabalho e de não trabalho, no desgaste mental e no adoecimento das/os assistentes sociais.

Nesse contexto, é preciso considerar também as condições sociais e materiais da população atendida pelas políticas públicas, que em sua maioria não dispõe de celular (especialmente os chamados *smartphones*) e/ou computador com acesso a pacote de dados pela Internet, portanto amplia-se ainda mais a exclusão ou as dificuldades de acesso a serviços, programas e benefícios sociais.

O conjunto de questões analisadas ao longo do texto nos convocam a refletir sobre o trabalho remoto e presencial como faces contraditórias e complementares da nova morfologia do trabalho profissional no capitalismo contemporâneo, uma vez que as transformações nos processos de trabalho atingem a totalidade do trabalho exercido por assistentes sociais, considerando sua natureza social, coletiva e combinada, como nos ensinou Marx (2013, 2022).

Frente às inúmeras e complexas situações que desafiam o trabalho profissional, é imprescindível o acompanhamento atento da dinâmica do mercado de trabalho e a realização de pesquisas em diferentes espaços ocupacionais, que subsidiem a análise de um conjunto de processos que ganham velocidade no cotidiano institucional, entre os quais: as novas competências e atribuições profissionais nos serviços sociais públicos privatizados e mercadorizados; as implicações da subsunção do trabalho intelectual às tecnologias digitais e seu rebatimento nas formas de reprodução da vida da classe trabalhadora, especialmente das mulheres assistentes sociais; as inflexões dessa processualidade contraditória na natureza e na própria *episteme* do trabalho profissional, que tem na dimensão dialógica e político-pedagógica com os sujeitos e territórios de vivência sua forma de ser e de realizar-se.

É fundamental, pois, enfrentar o debate sobre a ética envolvida na construção algorítmica, na captura e no manejo de dados sensíveis, e na construção de informações sobre a população. Especialmente para a categoria de assistentes sociais, chamada a mediar o atendimento aos direitos sociais e direitos humanos, torna-se urgente enfrentar: de um lado, o debate sobre as implicações éticas relativas à imposição de engajamento aos mecanismos de alimentação de “bancos de dados”, sem que os seus fundamentos e

finalidades estejam evidenciados, além da (in)transparência dos repositórios e dos usos (e abusos) de dados sensíveis da população; de outro, aprofundar o debate sobre o impacto da subsunção das dimensões intelectual e ético-política do trabalho da/do assistente social à lógica disruptiva das plataformas digitais.

Lançar luz sobre essa totalidade social contraditória é um passo indispensável para enfrentar criticamente a miríade de questões envolvidas no fetiche das tecnologias e sua naturalização, criando condições para que a categoria de assistentes sociais participe da disputa pelo significado e uso das TICs na direção dos interesses e direitos das classes trabalhadoras.

Referências

ALMEIDA, R. A. **Insubmissas mulheres negras**: racismo institucional e cotidiano na escrevivência de uma servidora pública negra. 2024. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/42496>. Acesso em: 19 set. 2024.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo. 1999.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo. 2018.

ARAUJO, A. C. de. **A mercadorização dos serviços sociais públicos**: tendências contemporâneas e inflexões no exercício profissional. 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

BOLAÑO, C. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53–78, dez. 2002.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília/DF: CFESS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 9 set. 2024.

CISLAGHI, J. F. A categoria “serviços” na tradição marxista e o debate sobre os serviços na atualidade. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (org.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

DANTAS, M. Informação: um ponto cego no pensamento marxiano. In: DANTAS, Marcos et al.. **O valor da informação**: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet. São Paulo: Boitempo, 2022.

DIAS JUNIOR, Ubiratan de S. **Dataficação da pobreza**: a centralidade do trabalho profissional em torno dos dados e informações sociais na Política de Assistência Social. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/42546>

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

GONSALES, Marco. Indústria 4.0: empresas plataformas, consentimento e resistência. In: ANTUNES R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

HUWS, U. **A formação do cibertariado**: trabalho virtual em um mundo real. São Paulo: Boitempo. 2017.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

KONICZ, T. As origens da crise atual: visão geral das causas sistêmicas e do curso histórico da crise do sistema mundial do capitalismo tardio. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 35, p. 33–39, 2 sem. 2020.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Trabalho e desgaste operário**: processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário. São Paulo, Hucitec, 1989.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: SADER, E. (org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes/CLACSO/Laboratório de Políticas Públicas, 2000. p. 105–165.

MARX, K. **O capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, [1968], 2013.

MARX, K. **Capítulo VI (inédito)**. São Paulo: Boitempo, 2022.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NOVAES, H.; DAGNINO, R. O fetiche da tecnologia. **Revista Organizações & Democracia**, São Paulo, Marília, n. 5, 2004.

OSMO, A.; SCHRAIBER, L. B. O campo da saúde coletiva no Brasil: definições e debates. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 24, Supl. I, p. 205–218, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/QKtFb9PkdpcTnz7YNJyMzjN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul.2024.

RAICHELIS, R.; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GHrpwQR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2022.

RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; VIEIRA, N. P. **A nova-velha morfologia do trabalho no Serviço Social: TICs e Pandemia**. São Paulo: EDUC, 2022.

RAICHELIS, R. Serviço Social, trabalho e tecnologia: o trabalho profissional em tempos pandêmicos. *In*: RAICHELIS, R. VICENTE, D.; VIEIRA, N. P. (org.). **Nova-velha morfologia do trabalho no Serviço Social: TICs e pandemia**. São Paulo: EDUC, 2022.

RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (org.) **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, 2011.

RUAS, R. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 379–415, 2020.

SILVEIRA, A. S. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. *In*: SILVEIRA, A. da et al. (org.). **Colonialismo de dados**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

TAUILE, J. R. **Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

VICENTE, D.; MONTEIRO, C. L. Sofrimentos e desgastes: apontamentos sobre o trabalho de assistentes sociais mediado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). *In*: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; VIEIRA, N. P. **A nova-velha morfologia do trabalho no Serviço Social: TICs e pandemia**. São Paulo: EDUC, 2022.

VOGEL, L. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**. 1. ed. Tradução: Equipe GE-TRS: Camila Carduz Rocha et al. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Submetido em: 21/10/2024

Aceito em: 21/10/2024